

DOMINGO V DA QUARESMA

CIC 430, 545, 589, 1846-1847: Jesus manifesta a misericórdia do Pai

- 430** Em hebraico, *Jesus* quer dizer «Deus salva». Aquando da Anunciação, o anjo Gabriel dá-lhe como nome próprio o nome de Jesus, o qual exprime, ao mesmo tempo, a sua identidade e a sua missão¹. Uma vez que «só Deus pode perdoar os pecados» (*Mc 2, 7*), será Ele quem, em Jesus, seu Filho eterno feito homem, «salvará o seu povo dos seus pecados» (*Mt 1, 21*). Em Jesus, Deus recapitula, assim, toda a sua história de salvação em favor dos homens.
- 545** Jesus convida os *pecadores* para a mesa do Reino: «Eu não vim chamar os justos, mas os pecadores» (*Mc 2, 17*)². Convida-os à conversão sem a qual não se pode entrar no Reino, mas por palavras e actos, mostra-lhes a misericórdia sem limites do Seu Pai para com eles³ e a imensa «alegria que haverá no céu, por um só pecador que se arrependa» (*Lc 15, 7*). A prova suprema deste amor será o sacrifício da sua própria vida, «pela remissão dos pecados» (*Mt 26, 28*).
- 589** Jesus scandalizou, sobretudo, por ter identificado a sua conduta misericordiosa para com os pecadores com a atitude do próprio Deus a respeito dos mesmos⁴. Chegou, até, a dar a entender que, sentando-Se à mesa dos pecadores⁵, os admitia no banquete messiânico⁶. Mas foi muito particularmente ao perdoar os pecados que Jesus colocou as autoridades religiosas de Israel perante um dilema. É que, como essas autoridades justamente dizem, apavoradas, «só Deus pode perdoar os pecados» (*Mc 2, 7*). Jesus, ao perdoar os pecados, ou blasfema por ser um homem que se faz igual a Deus⁷, ou diz a verdade e a Sua pessoa torna então presente e revela o nome de Deus⁸.
- 1846** O Evangelho é a revelação, em Jesus Cristo, da misericórdia de Deus para com os pecadores⁹. O anjo assim o disse a José: «Pôr-Lhe-ás o nome de Jesus, porque Ele salvará o seu povo dos seus pecados» (*Mt 1, 21*). O mesmo se diga da Eucaristia, sacramento da Redenção: «Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que vai ser derramado por todos para a remissão dos pecados» (*Mt 26, 28*).
- 1847** «Deus, que nos criou sem nós, não quis salvar-nos sem nós»¹⁰. O acolhimento da sua misericórdia exige de nós a confissão das nossas faltas. «Se dizemos que não

¹ Cf. *Lc 1, 31*.

² Cf. *1 Tm 1, 15*.

³ Cf. *Lc 15, 11-32*.

⁴ Cf. *Mt 9, 13; Os 6, 6*.

⁵ Cf. *Lc 15, 1-2*.

⁶ Cf. *Lc 15, 23-32*.

⁷ Cf. *Jó 50, 18; 10, 33*.

⁸ Cf. *Jó 17, 6.26*.

⁹ Cf. *Lc 15*.

¹⁰ SANTO AGOSTINHO, *Sermão 169, 11, 13: PL 38, 923*.

temos pecado, enganamo-nos, e a verdade não está em nós. Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para perdoar os nossos pecados e para nos purificar de toda a maldade» (1 Jo 1, 8-9).

CIC 133, 428, 648, 989, 1006: a sublime riqueza de conhecer Cristo

133 A Igreja «exorta com ardor e insistência todos os fiéis [...] a que aprendam “a sublime ciência de Jesus Cristo” (Fl. 3, 8) na leitura frequente da Sagrada Escritura. Porque “a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo”»¹¹.

428 Aquele que é chamado a «ensinar Cristo» deve, portanto, antes de mais nada, procurar «esse lucro sobreeminente que é o conhecimento de Jesus Cristo». Tem de «aceitar perder tudo [...] para ganhar Cristo e encontrar-se n’Ele» e «conhecê-Lo, a Ele, na força da sua ressurreição e na comunhão com os seus sofrimentos, conformar-se com Ele na morte para, se possível, chegar a ressuscitar dos mortos» (Fl 3, 8-11).

648 A ressurreição de Cristo é objecto de fé, na medida em que é uma intervenção transcendente do próprio Deus na criação e na história. Nela, as três pessoas divinas agem em conjunto e manifestam a sua originalidade própria: realizou-se pelo poder do Pai, que «ressuscitou» (Act 2, 24) Cristo seu Filho, e assim introduziu de modo perfeito a sua humanidade – com o seu corpo – na Trindade. Jesus foi divinamente revelado «Filho de Deus em todo o seu poder, pela sua ressurreição de entre os mortos» (Rm 1, 3-4). São Paulo insiste na manifestação do poder de Deus¹² por obra do Espírito, que vivificou a humanidade morta de Jesus e a chamou ao estado glorioso de Senhor.

989 Nós cremos e esperamos firmemente que, tal como Cristo ressuscitou verdadeiramente dos mortos e vive para sempre, assim também os justos, depois da morte, viverão para sempre com Cristo ressuscitado, e que Ele os ressuscitará no último dia¹³. Tal como a d’Ele, também a nossa ressurreição será obra da Santíssima Trindade:

«Se o Espírito d’Aquele que ressuscitou Jesus de entre os mortos habita em vós, Ele, que ressuscitou Cristo Jesus de entre os mortos, também dará vida aos vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que habita em vós» (Rm 8, 11)¹⁴.

1006 «É em face da morte que o enigma da condição humana mais se adensa»¹⁵. Num certo sentido, a morte do corpo é natural; mas sabemos pela fé que a morte é, de facto, «salário do pecado» (Rm 6, 23)¹⁶. E para aqueles que morrem na graça de Cristo, é uma participação na morte do Senhor, a fim de poder participar na sua ressurreição¹⁷.

¹¹ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Dei Verbum*, 25: AAS 58 (1966) 829; cf. SÃO JERÓNIMO, *Commentarii in Isaiam*, Prologus: CCL 73, 1 (PL 24, 17).

¹² Cf. Rm 6, 4; 2 Cor 13, 4; Fl 3, 10; Ef 1, 19-22; Heb 7, 16.

¹³ Cf. Jo 6, 39-40.

¹⁴ Cf. 1 Ts 4, 14; 1 Cor 6, 14; 2 Cor 4, 14; Fl 3, 10-11.

¹⁵ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. past. *Gaudium et spes*, 18: AAS 58 (1966) 1038.

¹⁶ Cf. Gn 2, 17.

¹⁷ Cf. Rm 6, 3-9; Fl 3, 10-11.

CIC 2475-2479: o juízo temerário

2475 Os discípulos de Cristo «revestiram-se do homem novo, criado segundo Deus na justiça e na santidade verdadeiras» (Ef 4, 24). «Libertos da mentira» (Ef 4, 25), devem rejeitar «toda a malícia, falsidade, hipocrisia, invejas e toda a espécie de maledicência» (1 Pe 2, 1).

2476 *Falso testemunho e perjúrio.* Uma afirmação contrária à verdade feita publicamente, reveste-se de gravidade particular: perante um tribunal, vem a ser falso testemunho¹⁸; quando mantida sub juramento, é um perjúrio. Estes modos de agir contribuem quer para condenar um inocente, quer para absolver um culpado ou aumentar a pena em que tiver incorrido o acusado¹⁹. E comprometem gravemente o exercício da justiça e a equidade da sentença pronunciada pelos juízes.

2477 *O respeito pela reputação* das pessoas proíbe toda e qualquer atitude ou palavra susceptíveis de lhes causar um dano injusto²⁰. Torna-se culpado:

- de *juízo temerário*, aquele que, mesmo tacitamente, admite como verdadeiro, sem prova suficiente, um defeito moral do próximo;
- de *maledicência*, aquele que, sem motivo objectivamente válido, revela os defeitos e as faltas de outrem a pessoas que os ignoram²¹;
- de *calúnia*, aquele que, por afirmações contrárias à verdade, prejudica a reputação dos outros e dá ocasião a falsos juízos a seu respeito.

2478 Para evitar o juízo temerário, cada um procurará interpretar em sentido favorável, tanto quanto possível, os pensamentos, as palavras e os actos do seu próximo:

«Todo o bom cristão deve estar mais pronto a salvar a proposição do próximo que a condená-la. Se a não pode salvar, inquirir como a entende, e, se a entender mal, corrija-o com amor; e se não basta, busque todos os meios convenientes, para que, entendendo-a bem, se salve»²².

2479 A maledicência e a calúnia destroem a *reputação* e a *honra do próximo*. Ora, a honra é o testemunho social prestado à dignidade humana e todos gozam do direito natural à honra do seu nome, à boa reputação e ao respeito. Por isso, a maledicência e a calúnia lesam as virtudes da justiça e da caridade.

¹⁸ Cf. Pr 19, 9.

¹⁹ Cf. Pr 18, 5.

²⁰ Cf. CIC can. 220.

²¹ Cf. Sir 21, 28.

²² SANTO INÁCIO DE LOYOLA, *Exercitia spiritualia*, 22: MHSI 100, 164.